

UMA ANÁLISE DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO EM RELAÇÃO À CESTA BÁSICA DE PORTO VELHO NO PERÍODO DE 2007 A 2009

AN ANALYSIS OF THE PURCHASING POWER OF THE MINIMUM WAGE IN RELATION TO PORTO VELHO'S BASKET BASIC IN THE PERIOD 2007 TO 2009

Jonas Cardoso
jonas@unir.br
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Deivid Silva Lima
deivid.lima@yahoo.com
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Juarla Mares Moreira
email@hotmail.com
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

RESUMO – O presente artigo apresenta o comportamento da cesta básica na capital do estado de Rondônia, Porto Velho, no período de 2007 a 2009, para, com base nos salários vigentes no período citado, objetivar uma análise do poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica. Sendo Porto Velho uma cidade não abrangida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIESE realizador da pesquisa da cesta básica em dezessete capitais brasileiras, os dados foram extraídos do Programa de Educação Tutorial – PET da Universidade Federal de Rondônia, que desenvolve essa pesquisa com base no Decreto-Lei nº 399/38, que determina as quantidades alimentares básicas para um adulto brasileiro. Assim o artigo mostra uma análise gráfica com as horas necessárias e o percentual do salário mínimo para aquisição da cesta básica. Os resultados mostram que apesar do aumento no preço da cesta básica e a consequente perda no poder aquisitivo do salário mínimo no período analisado, houve uma redução no percentual do salário mínimo para a aquisição da CBA no último ano (2009) observado.

Palavras-chave: Cesta Básica. Salário Mínimo. Jornada de trabalho. Porto Velho.

ABSTRACT: In this work we discuss the system of basic food basket in the state capital of Rondonia, Porto Velho, in the period from 2007 to 2009 based on the wages in the mentioned period. We propose a review of the purchasing power of minimum wage in relation to the food basket. Porto Velho city is not covered by the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies – Diese which conducts research on Basic food Basket in seventeen state capitals, We got the data from the Tutorial Education Program - PET Federal University of Rondonia, which develops this research based on Decree-Law No. 399/38, which determines the basic food quantities for an adult Brazilian. We produced a graphical analysis with the hours required and the percentage of the minimum wage for the acquisition of basic foodstuffs. The results show that despite the increase in the price of basic food and the consequent loss purchasing power of minimum wage in the period analyzed, there was a reduction in the percentage of the minimum wage for the acquisition of basic food in the last year that we investigated(2009) .

Keywords: Basic Food Basket. Minimum Wage. Workday. Porto Velho

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar o poder de compra do salário mínimo brasileiro em relação cesta de alimentos de Porto Velho/RO nos anos de 2007, 2008 e 2009, tendo em vista os salários vigentes em cada período. As informações necessárias foram coletadas no banco

de dados do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia, devido à cidade de Porto Velho não fazer parte das 17 capitais pesquisadas pelo DIEESE.

No Brasil o salário mínimo tem uma grande função de distribuição de renda, onde sua elevação resulta em um crescimento da renda das famílias de baixo poder aquisitivo, com impacto direto na economia, uma vez que o consumo dessas famílias aumenta.

São os salários pagos ao trabalhador em troca de seu trabalho que garantem a dignidade dele sustentar sua família, onde a alimentação é uma necessidade essencial que já chegou a consumir próximo de 50% do salário mínimo em abril de 2008, como será observado nesse artigo. Nesse quesito a cesta básica serve como um forte indicador no valor ideal do salário mínimo e na formulação de preços no mercado de itens alimentares.

A inflação é a responsável pela perda e pelo ganho do poder de compra do salário. No Brasil nas décadas que antecederam a década de 90, houve varias tentativas no intuito de controlar a inflação, já que o dinheiro se desvalorizava muito, porém todas fracassaram. Somente com o plano Real foi possível, por fim, dados os altos índices de inflação e recuperar o poder de compra do salário.

2. SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL

O salario minimo surgiu no Brasil em meados da década de 30. Os salários compõem a principal parcela representativa dos rendimentos auferidos no processo produtivo repassados ao trabalhador. O termo Salário Mínimo denota a menor remuneração atribuída a trabalhadores de um país. Seu valor é fixado pelo Estado, através de políticas salariais, as quais são influenciadas pelas negociações entre empregados e empregadores, geralmente na forma de sindicatos. É com essa remuneração mínima que o trabalhador cobre seus gastos e conquista sua dignidade. Essa remuneração mínima garante também que os empregadores não reduzam mais ainda o valor fixado do salário.

David Ricardo (1982) diz que o salário deve ser determinado pela quantidade de itens que o trabalhador necessita para sua subsistência¹. Afirma também que quanto maior a oferta

¹ Ricardo desenvolveu, em 1817, a “teoria do salário natural” que recomendava o pagamento mínimo para a subsistência do trabalhador e de sua família. Era a chamada "lei férrea dos salários", na qual o preço natural do trabalho depende do preço do alimento necessário à subsistência do trabalhador e sua família. Ele afirmava que o crescimento da população gerava a necessidade do aumento das áreas de cultivo, elevando os preços dos alimentos, o que exigia a elevação dos salários nominais dos trabalhadores, fazendo assim aumentar o ritmo de crescimento da população. Segundo Ricardo, não deveria haver nenhuma intervenção, por parte do Governo ou sindicatos, pois entraria em conflito com as leis econômicas (BRUM, 2003).

de mão-de-obra, menor serão os salários e quanto menor a oferta, os salários oferecidos sobem para atrair os trabalhadores.

Em “A Riqueza das Nações”, Adam Smith (1983, p. 92-94) escreveu:

Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível ... Não é difícil prever qual das duas partes, normalmente, leva vantagem na disputa e no poder de forçar a outra a concordar com as suas próprias cláusulas ... Mas,..., o homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção. Esse conflito de interesses entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção fica evidenciado quando se observa que quanto maior a parcela do produto destinada ao pagamento dos salários, menor será o excedente que caberá aos proprietários.

Uma forma de incentivar o trabalhador a ser mais produtivo são aumentos salariais, a qualidade de rendimento da força de trabalho das empresas depende de bons salários, um ótimo trabalhador pode receber ofertas de emprego melhores.

O valor real do salário difere do valor nominal, pois este é a soma dos valores resultantes da mão-de-obra do trabalhador, aquele é o que realmente se pode comprar com o salário. As perdas salariais ocorrem quando o salário não compra mais o que comprava anteriormente. Se os aumentos nos preços acompanharem os aumentos salariais, essa perda salarial não acontece. Salário real pode ser calculado com a seguinte fórmula:

$$SR = SN - I$$

Onde: **SR** = *Salário Real*; **SN** = *Salário Nominal*; **I** = *Inflação*.

No Brasil, Getúlio Vargas estabeleceu as Comissões do Salário Mínimo. A Lei n. 185 de 14 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei n. 399 de 30 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo. A Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei 5452 de 1º de maio de 1943 no artigo 76, refere-se ao salário mínimo da seguinte forma:

Art. 76 - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Desde a criação do salário mínimo ocorreram vários reajustes em seus valores. A partir de 1983, as diversas políticas salariais associadas aos planos econômicos de estabilização e, principalmente, o crescimento da inflação levou a significativas perdas no

poder de compra do salário mínimo. Houveram varias ações frustradas no combate a inflação. As primeiras tentativas foram através do controle dos preços, quando foi criada a Comissão de Fiscalização do Abastecimento e Preços - COFAP, mais tarde substituída pela Superintendência Nacional do Abastecimento – SUNAB. Eram instituições que visavam à fiscalização dos abusos praticados ao consumidor. No período militar, acrescentou-se a CIP – Comissão Interministerial de Preços, buscando coibir práticas de elevação de preços nas indústrias, que poderiam se refletir em inflação (PIZZATO, 2009).

O Plano Real foi o único bem-sucedido e consistente plano de estabilização da moeda no Brasil. Foi dividido em quatro partes. Primeiro, a equipe econômica trabalhou com um conjunto medidas — chamado de Programa de Ação Imediata (PAI) — visando ao equilíbrio do déficit orçamentário previsto para 1993. Os resultados de curto prazo foram um aumento de US\$ 500 milhões (15%) nas receitas mensais de impostos, devido principalmente ao combate à sonegação fiscal; um corte de US\$ 6 bilhões nas despesas anteriormente incluídas no orçamento federal. A segunda fase foi destinada a equilibrar o orçamento federal de 1994. A terceira veio com uma série de reformas constitucionais destinadas a aumentar a eficiência geral da economia e do governo. A quarta fase pretendia eliminar o componente inercial da inflação, identificado no sistema de indexação dos contratos, por meio do qual toda a economia estava amarrada às taxas passadas de inflação (PIZZATO, 2009).

Segundo Pizzato (2009), o Real significava a indexação de todos os contratos vigentes a um único indexador a Unidade Real de Valor – URV, entrando efetivamente em funcionamento em 01/03/1994. A URV foi inicialmente estabelecida em US\$ 1,00. Como a taxa de inflação corrente a qual passou a ser usada, para desvalorizar a antiga moeda, (o cruzeiro real) uma paridade fixa entre a nova moeda e o dólar foi mantido durante o período de transição. Quando o real finalmente substituiu o cruzeiro real essa paridade com o dólar foi transformada no limite superior (desvalorização) do novo regime de flutuação cambial administrada.

2.2. INFLAÇÃO

O aumento de preços generalizado e contínuo deteriora a moeda, símbolo da soberania e identidade de um país. Segundo Singer (1987, p. 19) “denomina-se inflação o processo de alta generalizada e contínua dos preços, do qual resulta uma perda contínua do poder aquisitivo da moeda”.

Quando os gastos do governo são maiores que sua arrecadação, ocorre uma expansão dos meios de pagamentos com a finalidade de cobrir estes gastos. Com essa expansão os preços tenderão a subir. Esse aumento segundo os monetaristas podem ser de dois níveis: com inflação moderada, onde os preços sobem de uma forma controlada; com inflação galopante, onde surgem grandes distorções com resultados econômicos indesejáveis. No Brasil a hiperinflação foi a forma mais grave, na qual a oscilação dos preços foi causadora de instabilidade econômica que atingiu todos os agentes econômicos.

Os tipos de inflação representam aspectos comportamentais da economia, sendo que podemos citar três tipos de inflação: a inflação de custos, a de demanda e a inercial (RIBEIRO, 1987).

A inflação de custos é gerada pela elevação de custos na produção, pode ser causada por um aumento na demanda por fatores de produção. A inflação de demanda ocorre quando a procura por um bem ou serviço é maior que sua oferta, assim os preços por esses bens ou serviços crescem. E a inflação inercial como destaca Mattos (1986, p. 44) é quando a inflação pode ser baseada numa inflação existente em um período anterior.

O quadro 1 mostra as mudanças e os cotes de três zeros que foram feitos devido à desvalorização da moeda, causada pela inflação no Brasil, que antecederam a moeda do Real.

Quadro 1: Moedas diferentes do Brasil

Denominação	Período	Alterações
Real	Desde a chegada de D. João VI (1808) no Brasil até set/1942	
Cruzeiro	A partir de out/1942	
Cruzeiro Novo	A partir de nov/1965	Corte de três zeros
Cruzeiro	A partir de mar/1970	
Cruzado	A partir de fev/1986	Corte de três zeros
Cruzado Novo	A partir de jan/1989	Corte de três zeros
Cruzeiro	A partir de mar/1990	
Cruzeiro Real	A partir de ago/1993	Corte de três zeros
Real	A partir de jul/1994	R\$ = Cr\$ 2.750,00

Fonte: COFECON, 2011.

Foi com a estabilização do Plano Real a partir de 1994 que se consolidou a mais significativa recuperação do poder de compra do mínimo desde a década de 50. Portanto, a maior lição aprendida pelos formuladores do Plano Real com o fracasso dos planos anteriores foi que as medidas impostas unilateralmente implicaram na violência jurídica e resistência da sociedade. Assim, temendo mais uma falha, o governo vinha dando declarações públicas

sobre as medidas a serem implantadas, de modo que quando foi baixada a Medida Provisória que instituiu o Plano Real, não havia em seu texto nenhuma surpresa. Tanto que em maio de 1994 o governo fixou a data de 1º de julho para início da implantação do Plano (PIZZATO, 2009).

3. CESTA BÁSICA

A cesta básica é regulamentada através da Lei n. 6.321, de 14.4.76, e do Decreto n. 5, de 14.1.91, que regulamenta a lei (FIEMG, 2009). Esse nome é dado ao conjunto de itens que compõem a alimentação necessária básica mensal para uma família de 4 pessoas. Não existe uma formulação padrão sobre a cesta básica nacional, sendo que sua lista de produtos pode variar de acordo com a realidade e necessidade de cada região, ou ainda de acordo com os distribuidores que a compõe. Há leis em alguns estados brasileiros que proporcionam isenção de impostos sobre produtos da cesta básica definida por cada um deles (DIEESE, 2008).

A composição da cesta básica é definida pelo Decreto Lei n. 399 de 1938. A quantidade de consumo é definida levando-se em conta o consumo individual de um trabalhador adulto saudável e as características regionais. A tabela 1 apresenta os itens alimentares que a compõe, e o consumo por pessoa de acordo com cada região.

Tabela 1 – Produtos da Cesta Básica e suas respectivas quantidades mensais por região

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3
Carne Kg	6,0	4,5	6,6
Leite L	7,5	6,0	7,5
Feijão Kg	4,5	4,5	4,5
Arroz Kg	3,0	3,6	3,0
Farinha Kg	1,5	3,0	1,5
Batata Kg	6,0	-	6,0
Tomate Kg	9,0	12,0	9,0
Pão Frances Kg	6,0	6,0	6,0
Café em Pó Kg	0,6	0,3	0,6
Banana Un.	90	90	90
Açúcar Kg	3,0	3,0	3,0
Óleo ml	750	750	900
Manteiga Kg	0, 750	0, 750	0, 750

Região 1: SP, MG, ES, RJ, GO e DF;

Região 2: PE, BA, CE, RN, AL, SE, AM, PA, PI, TO, AC, PB, RO, AM, RR e MA;

Região 3: PR, SC, RS, MT e MS

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE se destaca entre os órgãos de pesquisa por realizar a pesquisa da cesta básica desde 1983. Hoje, a pesquisa é realizada em 17 capitais de Estados brasileiros. Na região Norte apenas a capital do Pará e do Amazonas figuram entre as cidades pesquisadas (DIEESE, 2009).

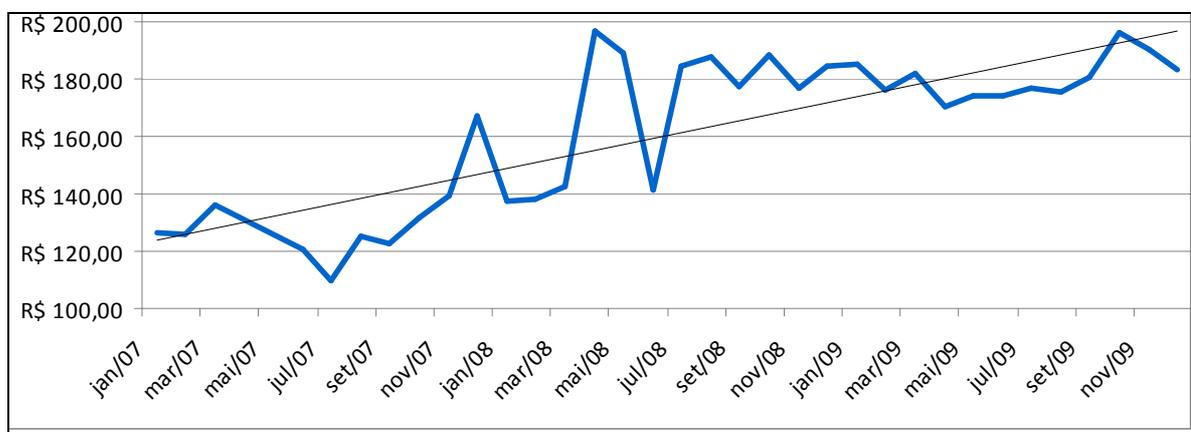
Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, não integra o grupo pesquisado pelo DIEESE. Excepcionalmente o Programa de Educação Tutorial – PET contempla a cidade de Porto Velho com a realização mensal da pesquisa da cesta básica. Normalmente são pesquisados 12 estabelecimentos em diferentes pontos da cidade. A metodologia utilizada é similar a do DIEESE, adaptada com base na cultura e necessidade alimentar da região.

Tal pesquisa é essencial para instruir o trabalhador sobre o gastos de seu salário com alimentação. O cálculo da cesta básica tem como objetivo oferecer ao consumidor brasileiro um instrumento auxiliar para a determinação de compras mais racionais do ponto de vista do preço, permitindo-o ter uma visão mais clara da incidência de cada produto sobre seu orçamento doméstico (PROCON-SP, 2008).

4. EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA EM PORTO VELHO

Demonstra-se no gráfico 1 a evolução do preço da cesta básica no município de Porto Velho no período de 2007 a 2009, fundamentada na pesquisa do Programa de Educação Tutorial - PET do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Gráfico 1: Comportamento da Cesta Básica em Porto Velho – 2007 a 2009



Elaboração própria a partir do banco de dados do PET

Na análise gráfica percebe-se claramente uma tendência de crescimento na cesta básica de Porto Velho no período em questão. Inicialmente, em janeiro de 2007 o valor da cesta encontrava-se abaixo de R\$ 130,00 onde foi sofrendo uma queda até junho do mesmo ano, registrando o menor valor na série pesquisada. Em seguida ocorre dois picos de alta, o primeiro em dezembro de 2007 e o segundo em abril de 2008 atingindo o valor máximo de R\$ 196,98. Até então, o valor da cesta oscilou bastante com uma variação de alta de cerca de 50%.

Os meses seqüentes ao pico máximo em abril de 2008 seguem com menos oscilações. Se analisarmos o período de agosto de 2008 a agosto de 2009 o valor da cesta básica tem uma leve tendência de queda, isso justifica uma recuperação no poder de compra do salário mínimo na aquisição da cesta de alimentos básica na cidade de Porto Velho. A variação do preço da cesta básica no ano de 2007 até o ano de 2009 teve uma alta de 38,80%.

A tabela a seguir apresenta os valores de cada mês, janeiro de 2007 a dezembro de 2009 e também o valor anual da cesta básica em Porto Velho.

Tabela 2: Valor da Cesta Básica nos Meses de cada Ano

MÊS	2007	2008	2009
Janeiro	126,25	137,39	185,42
Fevereiro	125,75	137,82	175,90
Março	135,93	142,68	182,18
Abril	126,07	196,98	170,56
Maiο	129,56	189,06	174,12
Junho	120,94	141,43	174,23
Julho	109,78	184,54	176,89
Agosto	125,16	187,49	175,73
Setembro	122,75	177,59	180,95
Outubro	131,32	188,42	195,86
Novembro	139,40	177,06	190,36
Dezembro	167,19	184,19	183,18
Media	130,01	170,39	180,45

Elaboração própria a partir do banco de dados do PET

Pode-se notar que o valor anual da cesta apresentou alta nos três anos. A coluna do ano de 2008 é a que apresenta a maior diversificação nos valores, o que revela naturalmente uma variação acentuada nos preços dos produtos que compõem a cesta básica. A variação acumulada nos meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2009 foi de 45,09%.

4.2. EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Anualmente o calendário político-econômico do Brasil é marcado pelo debate sobre a possibilidade de recuperação do valor do salário mínimo nacional. Historicamente, o novo valor do mínimo é anunciado em 1º de maio e, a cada ano, o mês de abril costuma ser o palco deste debate. Entre de janeiro de 2007 a dezembro de 2009 vigoraram no Brasil quatro valores diferentes para o salário mínimo, como se pode observar na tabela 3, que apresenta os reajustes nominais e reais no período analisado.

Tabela 3: Reajustes Nominais e Reais do Salário Mínimo 2007-2009

Período	Salário Nominal (R\$)	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Aumento Real (%)
Janeiro a Março de 2007	350,00²	-	-	-
Abril de 2007 a Fevereiro de 2008	380,00³	8,57	3,00	5,57
Março de 2008 a Fevereiro de 2009	415,00⁴	9,21	5,48	3,73
Março a Dezembro de 2009	465,00⁵	12,05	4,11	7,94

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE

Os reajustes têm como objetivo garantir o poder de compra do salário mínimo ante ao aumento dos preços ocorridos em bens e serviços, inflação e ainda consolidando o crescimento do produto interno bruto nacional.

Além da importância do reajuste mensal, o que deve realmente ser verificado é quanto esse aumento proporcionará de poder adicional de compra para o trabalhador que o perceberá. No ano de 2007, precisamente no mês de março, o salário mínimo passou de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) para R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), permanecendo nos próximos doze meses. O crescimento nominal representou 8,57%, o real não mais que 5,57%. Já em 2008, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 415,00 reais, um reajuste nominal de 9,21%, porém o poder de compra foi acrescido em 3,73%. No ano de 2009, o salário mínimo teve um aumento de R\$ 50,00 foi o maior reajuste nominal. Dentre os anos analisados, em 2009 ocorreu também o maior reajuste real no Salário Mínimo, da ordem de 7,94%.

² Valor estabelecido pela Lei Federal n. 11.321, de 07 de Julho de 2006;

³ Valor estabelecido pela Lei Federal n. 11.498, de 28 de Junho de 2007;

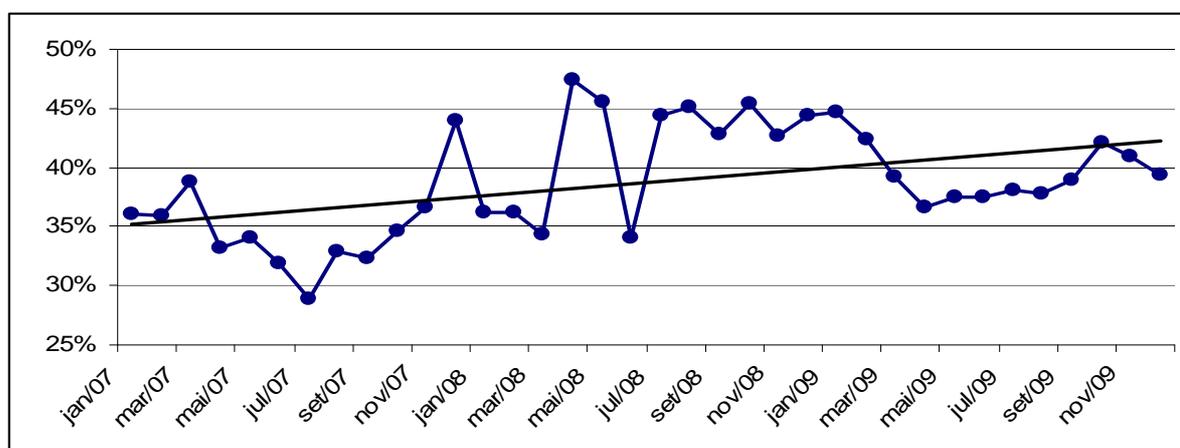
⁴ Valor estabelecido pela Lei Federal n. 11.709, de 19 de junho de 2008;

⁵ Valor estabelecido pela Lei Federal n. 111.944, de 28 de maio de 2009.

5. PARTICIPAÇÃO DO CUSTO MÉDIO TOTAL DA CESTA BÁSICA EM PORTO VELHO NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NO PERÍODO DE 2007 A 2009

Analisando as despesas mensais com a aquisição de uma cesta básica alimentar e avaliando o poder de compra de um trabalhador que recebe apenas um salário no município de Porto Velho, têm-se os resultados expressos no gráfico 02 que permite verificar o percentual do Salário Mínimo dispensado para a aquisição da Cesta Básica no município de Porto Velho.

Gráfico 2: Percentual do salário mínimo necessário para aquisição da cesta básica no período de 2007 a 2009



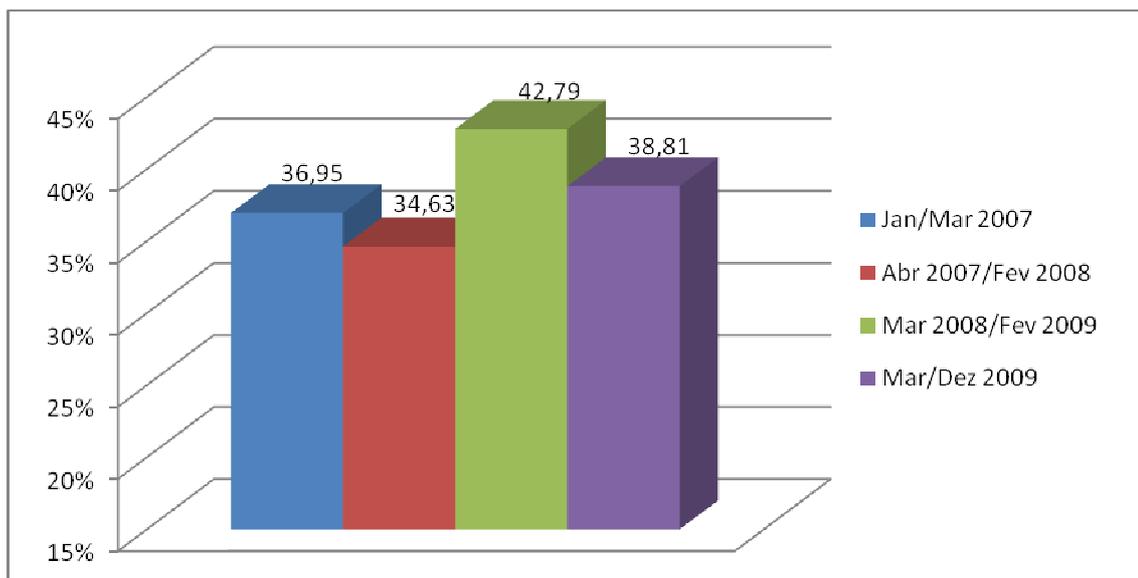
Elaboração própria a partir do banco de dados do PET

O gráfico revela que o poder de compra do salário mínimo foi o menor no mês de abril de 2008, chegando a consumir cerca de 50% do salário mínimo somente destinado para alimentação básica. O mês no qual o poder de compra do salário mínimo teve mais força foi registrado em julho de 2007, visto que para adquirir a cesta básica nesse mês era necessário 29% do salário mínimo, ou seja, R\$ 110,20 (cento e dez reais e vinte centavos) sendo que nesse período o salário vigente era de R\$ 380,00. Assim restava R\$ 269,80 para o trabalhador gastar com as outras necessidades básicas.

De janeiro de 2007 a abril de 2008 o poder de compra do salário mínimo oscila com um ganho, mas até abril o poder de compra diminui. Porém a outra metade do gráfico revela que a uma recuperação no poder de compra do salário mínimo para se adquirir a cesta básica em Porto Velho. Ao longo do período analisado, levando em conta os salários vigentes, a perda no poder de compra do salário mínimo foi cerca de 8%.

O gráfico 3 demonstra mais claramente a relação do percentual dispensado do salário mínimo para a cesta básica em cada período, separados pelos reajustes que ocorreram dentro dos três anos em análise.

Gráfico 3: Média do percentual do Salário Mínimo para a Aquisição da Cesta Básica



Elaboração própria a partir do banco de dados do PET

Cada coluna representa a media do percentual necessário do salário mínimo para um trabalhador poder comprar a cesta básica com o valor do salário mínimo vigente dentro de cada período. No período de janeiro a março de 2007 com o valor do salário em R\$350,00 para o período de abril de 2007 a fevereiro de 2008, no qual o valor do salário mínimo é R\$380,00, ocorre um aumento no poder de compra do salário mínimo em 6,28%. No entanto, quando o salário é reajustado em março de 2008 para R\$ 415,00 sendo vigente até fevereiro de 2009, o poder de compra diminui em 23,56%.

A situação melhora com o novo reajuste no mínimo para R\$ 465,00 em março de 2009. Como anteriormente exposto o crescimento real do salário mínimo com esse reajuste, totalizou 7,94%, o maior percentual de crescimento dentre os três anos analisados. Assim, nesse período os gastos com a cesta básica foram reduzidos quando comparado com período anterior.

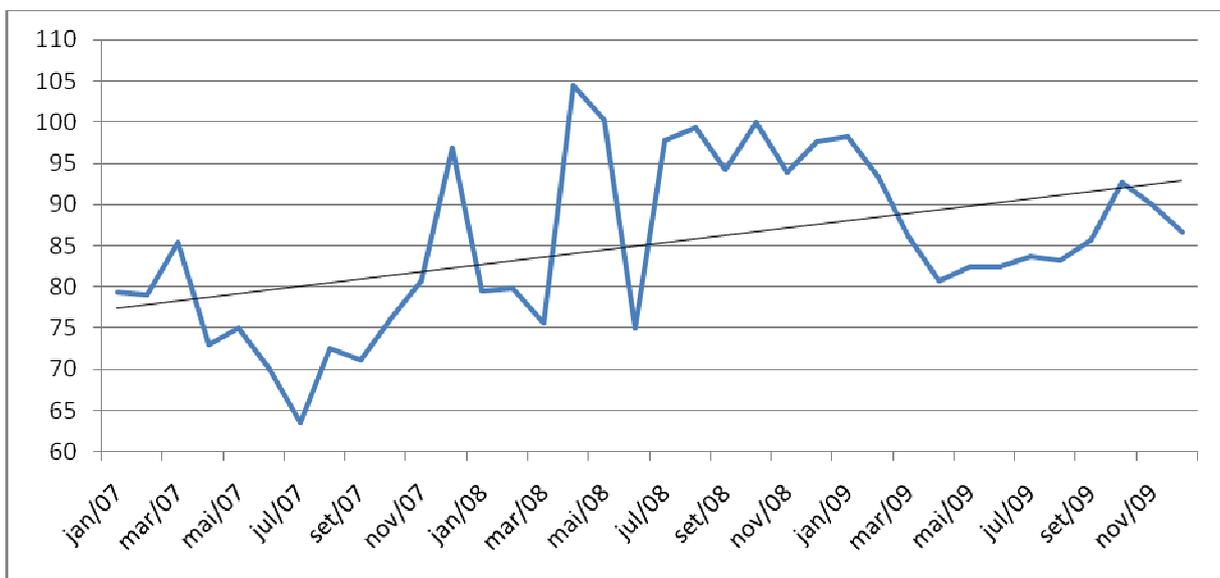
5.1. HORAS DE TRABALHO NECESSÁRIAS PARA AQUISIÇÃO DA CBA EM PORTO VELHO

A Constituição Federal de 1988 estabelece o limite máximo de 220 (duzentas e vinte) horas mensais para a jornada de trabalho. Assim, apesar de não ser comum no Brasil o pagamento de serviços prestados levando-se em consideração o salário mínimo por hora, a lei que estabelece o salário dispõe também acerca dessa remuneração.

Dados os valores salariais para o período analisado e a quantidade máxima de horas mensais de trabalho, pode-se verificar a quantidade de horas de que um trabalhador remunerado com um salário mínimo deve dispor para adquirir uma Cesta Básica em Porto Velho.

A partir do gráfico 4 é possível analisar o número de horas necessárias para a aquisição de uma cesta básica em Porto Velho no período analisado.

Gráfico 4: Número de horas necessárias para a aquisição da cesta básica na cidade de Porto Velho no período de 2007 a 2009.



Elaboração própria a partir do banco de dados do PET

No geral, nota-se que aumentou a necessidade de horas trabalhadas para aquisição da cesta básica no período analisado.

6. CONCLUSÃO

O objetivo principal do salário mínimo é corrigir, pela ação governamental, uma imperfeição do mercado de trabalho que torna a oferta de mão-de-obra (pelos trabalhadores) maior que a procura (por parte das empresas), tendo como consequência a tendência a reduzir o valor dos salários na renda nacional.

No Estado Democrático de Direito todo cidadão deveria receber, por seu trabalho, salário suficiente para manutenção de suas necessidades de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Tal previsão, constitucional, também estabelece que o mencionado salário deve passar por reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

No presente trabalho, foi possível constatar que no município de Porto Velho, os gastos com a cesta básica têm um forte impacto no orçamento. Em abril de 2008, quase 50% da renda percebida pelos trabalhadores era dispensada para a aquisição da ração essencial. Em dezembro de 2009, o percentual foi significativamente reduzido, o que revela uma valorização do salário mínimo no último período.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE TRABALHO. *DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, Brasília.*

BRASIL. **DECRETO-LEI N. 399** – DE 30 DE ABRIL DE 1938.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 23. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

DIEESE, D. I. (2009). **Metodologia da Cesta Básica**. Disponível em <http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.xml#>, acesso em 09 abr. 2011.

FIEMG. **Cesta básica e a necessidade de inscrição no PAT INFOTRAB nº 3** – Janeiro 2009. Disponível em <http://www.fiemg.org.br/admin/BibliotecaDeArquivos/Image.aspx?ImgId=15347&TabId=5834&portalid=130&mid=20937>

MANKIW, N. **Introdução a Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MATTOS, Carlos A. de. Paradigmas, modelos y estrategias de la practica latinoamericana de planificación regional. **Revista de Economia Política Pensamento Iberoamericano**, n. 10, 1986.

PINDYCK, R. S., & RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6 ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

PIO, Carlos. **A construção política da economia de mercado no Brasil: estabilização e abertura comercial (1985-95)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2001.

PIZZATO, Décio. **A História do Plano Real**. COFECON. 29/06/2009. Disponível em <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1792&Itemid=105> Acesso em 20 mai. 2011.

REGO, José Marcio, Rosa Maria Marques(organizadores) **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1986.

RIBEIRO, D. **Os Brasileiros**: Teoria do Brasil. 9ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

RICARDO, David (1982). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 286p.

SINGER, P. **O Dia da Lagarta**: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas Ed. Abril Cultural, 1983. Coleção: Os Economistas, São Paulo.